



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Tratamento de resíduos de materiais de construção

Desde a sua entrada em funcionamento em 2006, o aterro para resíduos de materiais de construção recebeu cerca de 40 milhões de metros cúbicos de resíduos, os resíduos acumulados já atingiram uma altura média de 9,5 metros, com o ponto mais alto em 25 metros, o que revela uma situação grave. Para prolongar o prazo de utilização deste aterro, o Governo adoptou várias medidas, incluindo a promulgação do Regime de gestão de resíduos de materiais de construção, com o objectivo de reduzir, através da promoção da redução a partir da fonte, os resíduos de materiais de construção transportados para o aterro, de melhorar a qualidade dos solos do aterro, com vista ao seu assentamento natural e à criação de mais espaço, e do armazenamento de solos de melhor qualidade, para futuras obras de aterro. Todos estes esforços do Governo merecem o nosso reconhecimento. No entanto, devido às limitações naturais de Macau, as referidas medidas talvez não sejam suficientes para dar resposta à pressão do aterro para resíduos, face ao desenvolvimento socioeconómico, portanto, é necessário e premente encontrar um novo espaço para o aterro de resíduos, bem como reforçar a cooperação regional.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

Primeiro, o Governo afirmou, há dias, que tinha encomendado a uma



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

empresa de consultoria a realização de um estudo sobre a possibilidade de se adoptar a forma de aterro na área marítima de Macau, para a construção de um novo aterro para resíduos de materiais de construção. Qual é então o ponto de situação deste estudo? Quando é que se prevê a sua conclusão? Esse aterro vai conseguir satisfazer as futuras necessidades de tratamento de resíduos de materiais de construção?

Segundo, as autoridades de Macau e do Interior da China estão a discutir, há já vários anos, sobre o local para a recepção de materiais inertes resultantes da demolição e remoção de construções, contudo, não se registaram, até ao momento, grandes avanços. Este assunto ainda está ser tratado? Qual é o ponto da situação?

04 de Setembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Chan U